



MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

16 de Julho de 2011

A classe operária deve rejeitar o acordo da CUT e Força Sindical com a Fiesp e a CNI

A Central Única dos Trabalhadores e a Força Sindical participaram de um seminário com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), denominado *Brasil do diálogo, da produção e do emprego*. A união entre sindicatos dos operários com os sindicatos dos capitalistas foi motivada, segundo seus organizadores, para reagir à desindustrialização no Brasil e defender a produção e o emprego.

A Fiesp há tempo vem fazendo uma campanha no sentido de que o governo precisa proteger a “indústria nacional” contra a invasão de produtos importados da Ásia, principalmente da China. Eis os dados sobre os quais a Fiesp se apóia: 1) caiu a exportação de produtos industriais (manufaturados) e aumentou o volume de importados; 2) os produtos agrários e matérias-primas (commodities) ultrapassaram em muito as exportações de manufaturados; 3) “a indústria nacional” perde mercado para os produtos estrangeiros e, conseqüentemente, ameaça os empregos no País.

O sindicato dos empresários alega a seguintes causas da desindustrialização: 1) a alta carga de impostos e de taxas de juros; 2) a sobrevalorização da moeda brasileira (Real) diante do dólar; 3) os altos salários no Brasil em relação aos países asiáticos, particularmente os da China. Conclusão: as manufaturas produzidas no Brasil ficam mais caras que as de outros países, assim perdem mercado para os concorrentes.

O que pretende a Fiesp com sua campanha contrária a desindustrialização?

Podemos resumir em uma frase: obter do governo redução de impostos, diminuição das taxas de juros e concessão de subsídios. Outro ponto permanece oculto: redução dos salários. Mas há quem calcula ser necessário para a proteção do capital, rebaixar os ganhos dos operários em pelo menos 30%. A redução salarial permitiria uma equivalência com os baixos salários de outros países e compensaria a sobrevalorização do Real frente ao dólar. Esse ponto não foi apresentado explicitamente pela Fiesp, porém está nos cálculos dos capitalistas.

A reivindicação de proteção da indústria é dirigida ao governo de Dilma Rousseff. Aqui entram a CUT e a Força Sindical. Os empresários necessitam de utilizar a classe operária como base de apoio de seus interesses capitalistas. A direção da CUT, que é do PT, e a Força Sindical, que é do PDT, podem muito bem servir aos propósitos da Fiesp. Como se vê, as Centrais Sindicais não pleiteiam reivindicações dos operários, mas apóiam as exigências de uma fração da classe capitalista. A Fiesp diz que pretende conservar os empregos. E a CUT e a Força Sindical justificam sua colaboração com os empresários explicando aos operários que deram as mãos aos exploradores em nome dos empregos e da renda.

As Centrais, assim, fizeram uma inversão. Não reivindicam emprego e salário perante os empresários, mas se unem a eles



Metalúrgicos fecharam Anchieta para reivindicar política pró-patronal

para pedir ao governo que os proteja reduzindo tributos, juros e concedendo subsídios. *Aqui reside uma grande farsa: em nome dos empregos que jamais serão protegidos, os dirigentes sindicais da CUT e Força servem de apoio aos interesses da classe capitalista e às divergências entre suas frações.*

É necessário denunciar a manipulação feita por Sérgio Nobre (presidente do sindicato metalúrgico do ABC), Miguel Torres (presidente dos metalúrgicos de São Paulo), Artur (presidente da CUT) e Paulo Pereira (Força Sindical).

Em uma reunião mais ampla da Confederação Nacional da Indústria (CNI) com a CUT e Força, a CTB (dirigida pelo PCdoB), a CGTB, UGT e outras Centrais se juntaram para defender a “indústria nacional”. Essa reunião ocorreu depois que o sindicato metalúrgico do ABC, apoiado pela Força Sindical e pelas montadoras, promoveu uma passeata na Via Anchieta, sob a bandeira *em defesa da indústria nacional e do emprego*. Os metalúrgicos bem comportados se enfileiraram por detrás da CUT e da Força Sindical acreditando estarem defendendo os postos de trabalho, quando na verdade estavam apenas servindo de apoio às multinacionais da indústria automobilística que os esfolam diariamente.

Essa é a outra face da farsa: não se trata da defesa da indústria nacional, mas sim das multinacionais, principalmente do setor automobilístico. Os ramos fundamentais da produção estão sob o controle dos monopólios internacionais e do capital financeiro. O que a CUT, Força, CTB e os partidos que as dirigem (PT, PDT e PCdoB) fazem é enganar os operários com a bandeira de defesa da “indústria nacional e do emprego”.

Os burocratas sindicais auxiliam o grande capital em suas disputas por mercados e por lucros. Fazem o que não deveriam fazer; e deixam de fazer o que deveriam fazer. Juntam-se à Fiesp e a CNI para exigir do governo vantagens para o grande capital, principalmente o multinacional. Colocam-se por acobertar o saque provocado pelo ca-

pital imperialista, como demonstram a gigantesca remessa de lucros e a lucrativa especulação financeira. Estendem sobre o rosto implacável das empresas multinacionais a bandeira da *“indústria nacional”*. Ao contrário, deveriam mostrar aos operários que a carga de impostos é alta porque o Estado brasileiro tem uma dívida monumental com os banqueiros e que por isso tem de despender anualmente quase metade do orçamento da União para pagá-los. Que as altas taxas de juros servem aos interesses do capital financeiro nacional e internacional. Que a nossa moeda está sobrevalorizada devido ao fato do Brasil ter sido escancarado a todo tipo de negociata favorável ao capital parasitário. Que a política econômica de Lula deu continuidade a de Fernando Henrique Cardoso de favorecimento do grande capital e que Dilma segue a mesma trilha.

A indústria automobilística vendeu e vende carros como nunca, obteve e obtém gigantescos lucros. Avalia que o mercado de automóveis no Brasil é um dos mais promissores. Assim, há uma corrida das montadoras internas e externas em conquistar esse mercado. Esse ramo industrial sempre esteve integralmente sob o controle das multinacionais. As tentativas de constituir uma indústria automobilista nacional foram sufocadas pela Volkswagen, Ford, GM, Mercedes etc. Se os metalúrgicos recorressem à memória, veriam que as demissões e destruição de postos de trabalho foram uma constante nas montadoras e autopeças. Não muito distante, veriam que as montadoras impuseram a flexibilização do trabalho, banco de horas, PDV etc. Nenhuma bandeira de defesa do emprego foi e será possível unindo o patrão e o operário.

O nacionalismo da Fiesp e da CNI é de defesa dos monopólios internacionais. O nacionalismo da CUT e da Força Sindical é uma mentira propagada entre os operários para esconder a sua submissão à política pró-imperialista da burguesia brasileira.

É sintomático o ataque concentrado à China. Sem dúvida, o governo chinês se utiliza da farta mão de obra barata para restaurar o capitalismo e destruir as conquistas da revolução socialista. Não por acaso, as multinacionais estão se instalando nesse País. A superexploração da força de trabalho chinesa compensa a crise instalada nas potências. Crescem as pressões do imperialismo para que a China abra o seu vasto mercado. Está claro que esse país asiático - ao mesmo tempo em que permitiu arrefecer a crise mundial com seu crescimento econômico - constituiu-se em elo de conflito internacional. Os Estados Unidos encabeçam as exigências para que a China se integre definitivamente em sua órbita e sirva completamente à ordem mundial das potências.

A campanha contra as importações de produtos da China pelo Brasil faz parte desse embate. A Fiesp e a CNI estão servindo a esses interesses. E a CUT e Força servem à Fiesp e a CNI. As organizações sindicais ao invés de defender o programa da classe operária internacional, seguem a farsa do nacionalismo pró-imperialista.

A crise de superprodução que desintegra o capitalismo, a violenta disputa pelos mercados e o protecionismo vêm se agravando por toda a parte. Os capitalistas procuram evitar que os operários se rebellem contra as medidas antipopulares usando, entre outras ações, a campanha de defesa do emprego em seu país e de desemprego nos demais. Na Europa e nos Estados Unidos, ampliam-se os ataques aos trabalhadores imigrantes, em nome do emprego aos franceses, alemães, italianos, ingleses, norte-americanos etc. A Argentina restringe as importações brasileiras com a justificativa de que se trata de preservar os seus postos de trabalho. E agora, no Brasil, se levanta a bandeira de defesa da *“indústria nacional”* e do

emprego^o, em detrimento dos empregos chineses.

É comum os dirigentes da Fiesp e seus porta-vozes dizerem que o Brasil está exportando empregos para a China. Na realidade, nenhuma das frações capitalistas defende o emprego, mas sim seus negócios. Usam a despolitização da classe operária e os seus sindicatos controlados pela burocracia venal para se protegerem de seus concorrentes. É preciso desmascarar esse movimento burguês protecionista e interesseiro com o programa de reivindicação internacional da classe operária.

Tal diretriz implantada no movimento operário, sob a farsa de defesa da *“indústria nacional”* e do emprego^o, desvia a atenção dos explorados e causa-lhes cegueira política. Ou seja, subordinam os sindicatos às divisões e disputas interburguesas. *A burocracia sindical não tem política própria, por isso segue o que lhe dita, em última instância, a burguesia, seus agentes e o governo.* Artur, Paulinho, Nobre e outros posam nas reuniões da Fiesp, CNI e do governo como representantes da classe operária, quando na verdade estão ali porque não encarnam a política do proletariado.

Esse movimento pró-imperialista reflete a enorme influência do grande capital internacional no Brasil, a conseqüente estatização dos sindicatos e o brutal atraso político da classe operária. É fundamental que a vanguarda e os setores conscientes dos explorados rechacem e combatam o colaboracionismo da burocracia petista, pedetista e pecedobista.

A luta de vida ou morte pela independência dos sindicatos/centrais perante a burguesia e seu Estado é a principal tarefa da situação. Está colocada a convocação de plenárias de base para organizar a resistência ao acordo traidor da CUT/Força com o patronato.

É visível a paralisia da Conlutas diante dessa traição. Era para ter convocado imediatamente as plenárias regionais e a plenária nacional para responder com o programa de reivindicação e de independência diante do movimento burguês de proteção às multinacionais. Não basta tirar notas críticas ao acordo. É preciso organizar a ida às fábricas com denúncias claras do acordo, exigindo que a CUT, Força, CTB e outras rompam com a Fiesp e a CNI.

O Partido Operário Revolucionário convoca as correntes e dirigentes sindicais classistas a se mobilizarem imediatamente por uma plenária nacional que constitua uma frente única de combate à colaboração de classes e de rechaço à traição dos burocratas aos interesses da classe operária. Convoca-os a defender:

1. Rompimento das organizações sindicais com o acordo da burguesia;
2. Um programa de reivindicações da classe operária e demais explorados, que tenha por base a luta pelo salário mínimo vital, pela escala móvel de reajuste, pela escala móvel das horas de trabalho e terra aos camponeses;
3. O princípio internacionalista da classe operária, de unidade dos explorados contra os exploradores e de combate ao nacionalismo burguês;
4. Uma Frente Única Antiimperialista pela expropriação sem indenização do grande capital nacional e multinacional, estatização do capital financeiro e não pagamento das dívidas interna e externa;
5. Um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado.

Abaixo a traição da burocracia sindical!

Viva a independência política e organizativa da classe operária!